

Apresentação

O desenvolvimento da pesquisa sobre trabalho-educação no Brasil, diferente do campo da história, da sociologia e da economia, é bastante recente. Estas pesquisas resultam, ao mesmo tempo, de um conjunto de condições que podem ser hoje delineadas em sua anatomia mais geral. Esta relação tem se desenvolvido, numa perspectiva conservadora e eminentemente disciplinadora e moralista, desde o início deste século, nos Institutos de Artes e Ofícios, para meninos desvalidos da sorte. Dos anos 30 em diante a formação para o trabalho é destinada, mais amplamente, para os filhos da classe trabalhadora. Esta visão permanece até o presente no seio da visão produtivista de educação. A perspectiva histórico-crítica desta relação, como indicaremos abaixo, emerge apenas nos anos 70, como reação ao economicismo no campo educacional.

Com efeito, é no contexto das teorias do desenvolvimento, nos anos 40, sob o manto da *teoria da modernização*, que a educação, no Brasil, começa a ser relacionada com maior ênfase ao trabalho e ao mundo da economia. No plano internacional, esta relação assume *corpus* de teoria ou ideologia, na década de 50, com a formulação de *teoria do capital humano*. A elaboração desta “teoria” deu a Teodoro Schultz o prêmio Nobel de economia em 1978. A educação, de uma rica totalidade e de relação social, vai reduzir-se a *fator de produção*, potenciadora, qualificadora do trabalho, geradora do desenvolvimento. O trabalho, de prática criativa do humano em suas múltiplas dimensões, reduz-se à *mercadoria-força de trabalho*.

É baseado na teoria do capital humano que o golpe civil-militar de 64, no Brasil, ajusta a educação superior (Lei n.º 5.540/68 ou da Reforma Universitária) e o ensino primário, secundário e médio (Lei n.º 5.692/71 ou da Reforma do Primeiro e Segundo Graus), ao processo de subordinação do desenvolvimento brasileiro ao capitalismo transnacional. Hoje, este conceito se redefine com a categoria geral de *sociedade do conhecimento* e os conceitos mais específicos de qualidade total, polivalência, empregabilidade e competência, no contexto de uma materialidade histórico-social – subordinação ao processo excludente de globalização do capi-

8 • Gaudêncio Frigotto

tal, sob a égide do *Consenso de Washington* (1989), mediante o qual as sete maiores potências econômicas do mundo (o G7) prescrevem o ajuste dos demais países. Trata-se da subordinação da educação ao projeto produtivista sustentado ideologicamente pela avassaladora onda neoliberal, que recoloca o mercado como o fundamento da *sociabilidade humana*.

No processo mais amplo de luta contra-hegemônica no plano econômico, político-social e cultural insere-se, também, uma visão crítica da pesquisa e prática educativas. De início enfatizou a relação entre educação e trabalho. Num certo sentido havia uma centralidade do processo educativo institucional e formal. A compreensão da educação como uma relação e prática social que se produz no conjunto das práticas sociais, mormente as da produção material da existência e as relações de poder, conduziu a uma inversão da relação, dando ao trabalho a centralidade. Esta inversão não é um artifício meramente metodológico, mas resultado de um esforço de dar a estes conceitos compreensão histórica, no contexto amplo da crítica ao desenvolvimentismo e às políticas adotadas pela ditadura no campo econômico-social e educacional. O desenvolvimento da pós-graduação na área de educação e o surgimento, em 1978, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) vão criar as condições objetivas e subjetivas para que a pesquisa se desenvolva, encontre espaço de debate crítico e, sobretudo, de ampla divulgação.

No plano teórico, é neste contexto que vai se estruturando um corpo de conceitos críticos à matriz positivista e funcionalista e ao seu cunho empiricista. Autores como Bourdieu, Establet, Althusser fornecem um primeiro nível de crítica que, no plano geral da educação brasileira, Saviani (1986) vai caracterizar como *teorias crítico-reprodutivistas*. Teorias estas que, no contexto da ditadura, assumiam um papel amplamente positivo e explicitavam o que era a realidade efetivamente no plano das relações históricas: a reprodução das relações capitalistas, tanto no plano da violência material e física, quanto da violência simbólica. Em seguida, em alguns programas de mestrado e doutorado, procede-se à leitura sistemática de Marx, Gramsci, Thompson, Hobsbawn, Lukács, entre outros autores, que dão a base para uma concepção (materialista) histórica da realidade social e educacional.

Desde, principalmente, o início da década de 80, a temática da relação trabalho e educação se torna objeto de estudos sistemáticos em vários programas de pós-graduação em educação e polariza um debate

intenso, tanto no seu plano teórico quanto em sua manifestação empírico-histórica. De um lado emergem as teses sobre a crise da centralidade do trabalho, o fim do trabalho, a emergência da sociedade do conhecimento e, de outro, aquilo que a literatura vem denominado da patologia do desemprego estrutural como o mais grave problema econômico-social deste fim de século, que atinge, ainda que de maneiras diversas, todas as economias do mundo.

No vértice desta crise, está a própria crise do capital, como mostra Mézáros em sua obra **Beyond Capital** (1995). Numa densa resenha desta obra, Daniel Singer (1996) sintetiza o pensamento de Mézáros sobre a especificidade da crise do capital e da lógica do desenvolvimento capitalista neste fim de século.

“Na verdade, já há algum tempo o capitalismo perdeu a sua função ‘civilizatória’ enquanto organizador impiedoso mas eficiente do trabalho. (...) Simplesmente para prosseguir existindo o sistema funda-se cada vez mais no desperdício, na ‘obsolescência planejada’, na produção de armas e no desenvolvimento do complexo militar. Ao mesmo tempo, o seu impulso incontrolável para a expansão já produziu efeitos catastróficos para os recursos naturais e o meio ambiente. Nada disso impede ao sistema de produzir ‘trabalho supérfluo’, vale dizer desemprego em massa. Além disso, como para frisar a gravidade de sua crise atual, nos últimos vinte anos o capitalismo vem abolindo todas aquelas concessões que, sob o genérico nome de estado de bem-estar, supostamente justificavam a sua existência (Singer, 1996:2).

No final dos anos 80, a queda do Muro de Berlim e a desintegração dos países socialistas do Leste Europeu e da ex-União soviética, conjugados aos movimentos internacionais de globalização econômica excludente, monopólio do conhecimento científico e de políticas neoliberais, trazem novos desafios ao campo teórico dos estudos sobre o trabalho e o capital, o trabalho e as inovações tecnológicas, a cultura, movimento sindical, movimentos sociais e a educação.

No plano teórico, percebe-se uma tensão profunda, que é caracterizada como crise dos paradigmas. Para aqueles que buscam a compreensão da realidade numa perspectiva dialético-histórica, a crise teórica, que é efetiva e profunda, não é outra coisa senão o reflexo, no plano do pensamento, da abstração da crise da sociedade. O risco aqui presente na área trabalho e educação, é de se confundir as dificuldades objetivas

de uma determinada concepção teórica, para dar conta de problemas que se configuram complexos, com a superação da própria teoria. Parece-nos que esta é a compreensão tanto do viés neoliberal quanto, ainda que de modo diverso, de certas posturas pós-modernas.

A concepção materialista-histórica, fundada no legado marxista, cujas categorias básicas mais gerais são totalidade concreta, contradição, mediação, e, outras categorias mais específicas, como trabalho, classe social, relações de poder, conflito, antagonismo, ideologia, utopia, passam por uma espécie de supressão sumária. O neoliberalismo e o pós-modernismo configuram o que Chauí (1993) denomina de crise política e crise teórica da universidade hoje. Na análise de Frederic Jameson (1994) o *pós-modernismo nos convida a uma melancólica zombaria da história em geral*.

A organização temática do nº 26 da *Revista Perspectiva*, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sobre *Trabalho e Educação: um olhar multirreferencial*, engendra um duplo sentido em relação ao grupo de professores e estudantes deste Centro colaboradores com a temática. Um primeiro sentido é de afirmação de um trabalho que tem mais de uma década de história. O segundo sentido emana do conjunto dos 9 textos apresentados, os quais refletem a pluralidade de enfoques, de recortes e, até mesmo, de tensões no plano teórico que vive a área. Todos os textos, todavia, situam-se num campo histórico crítico e no horizonte ético-político de luta pela transformação e superação das relações sociais de exclusão. Efetivamente, a leitura dos diversos textos evidencia preocupações de ordem mais teórica ou teórico-empírica num leque bastante amplo.

Quatro textos, predominantemente e de formas diversas, abordam ângulos de um amplo debate teórico na área. Norbert Jacob Etges revisita Marx, enfocando a questão do trabalho abstrato. Paulo Sérgio Tumolo também percorre as categorias de trabalho concreto e abstrato e trabalho produtivo, debatendo autores que tomam o trabalho como princípio educativo e aqueles que assumem a tese da crise da sociedade do trabalho. O texto de Edna Garcia Maciel Fiod discute as dimensões contraditórias entre a crise da educação e a sociedade do trabalho. Finalmente, neste bloco, o texto de Araci Hack Catapan aborda as determinações e contradições do processo de trabalho escolar.

O segundo bloco de cinco textos focaliza temáticas apoiadas no debate teórico da área, mas tem como foco dimensões político-práticas em curso no mundo do trabalho e da educação. Num texto de revisão bibliográfica, Rosa Elisa Mirra Barone e Lucídio Bianchetti expõem como esta literatura compreende as funções sociais da educação e as demandas do mundo do trabalho nos anos 90. Contrastam textos e documentos que expressam as posições (conservadoras) dos organismos internacionais e suas ramificações regionais, com textos que têm posturas críticas face aos mesmos. Quatro textos se ocupam de aspectos que relacionam educação, conhecimento e tecnologia, expressando o que é hoje dominante, talvez, nos debates na área. Zeina Rebouças Corrêa Thomé busca explicitar os desafios que enfrenta o campo educativo face à inovação tecnológica e intelectualização do trabalho. Eneida Oto Shiroma discute a especificidade da qualificação e do controle da força de trabalho dentro do modelo japonês de organização e gestão do trabalho. Elisa Maria Quartiero centra sua análise na ótica dos trabalhadores na relação entre as novas tecnologias e as novas demandas da educação e formação. Por fim, Luiz Cavalieri Bazílio analisa políticas de formação profissional e educação de adolescentes como estratégia de sobrevivência.

O nº 26 da **Revista Perspectiva** sem dúvida engendra múltiplos aspectos altamente positivos e revela, negativamente, um crescente divórcio que se estabelece, no Brasil dos anos 90, entre sociedade e governo. As dimensões positivas situam-se, particularmente, na organização de uma coletânea de textos, cujo horizonte é marcadamente crítico e, ao mesmo tempo, contempla a pluralidade teórica e política. Esta diretriz é duplamente salutar. Primeiramente, o espaço universitário necessariamente tem que assumir a diferença e a pluralidade como um valor ético-político e como um salutar componente de caráter epistemológico. Ao não escamotear as nuances de cunho teórico e analítico, positivamente, evita as tendências conservadoras do ecletismo. Como nos lembra Giovanni Arrighi (1996), citando Tilly: “*A soma de todas as teorias, infelizmente, não é teoria alguma*”. Positivo também o fato de reunir textos de autores seniors e de professores em formação em cursos de pós-graduação. Trata-se de textos de professores mais experientes que refletem o que estes Programas estão enfatizando, tanto no plano teórico, como no âmbito histórico-empírico. Por fim, ainda que não finalmente, parece-me importante reiterar a clara sinalização de um núcleo importante de pesquisadores no Centro de Educação da UFSC, que se ocupam da temática do trabalho e educação.

12 • Gaudêncio Frigotto

O conjunto de textos expressa uma amostra amplamente significativa do que é dominante hoje na pesquisa e reflexão no campo educativo e nos movimentos sociais no Brasil: uma forte demanda para uma educação centrada na perspectiva de uma cidadania e democracia ativas. Esta perspectiva, todavia, choca-se de forma contrastante com um governo centrado num bloco de poder hegemônico, marcadamente conservador, no plano sócio-econômico, ético-político e educacional e que cultiva processos de democracia formal. No campo educacional, este conservadorismo escancara-se pelo esforço do governo em aprovar um projeto mutilado de LDB – uma síntese desfigurada do projeto amplamente apoiado pelas organizações científicas e político-sindicais da área. Completa-se por um conjunto de medidas arbitrárias, tomadas pelo alto e autocraticamente: Parâmetros Curriculares Nacionais, Projeto de Lei que desmonta o ensino técnico, a imposição do Provão, processo paulatino de desmonte do ensino superior mediante a metamorfose cínica da autonomia em privatização e o anúncio da oficialização e radicalização da dualidade do ensino de segundo grau. Explicitar este divórcio entre governo e sociedade é, sem dúvida, um dos elementos cruciais da luta política na busca de uma alternativa efetivamente democrática para a sociedade brasileira neste final de milênio. A coletânea de textos aqui publicada traz uma inequívoca contribuição neste embate, tanto no plano teórico, quanto no plano ético-político.

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo, UNESP, 1996.
- CHAUÍ, M. Vocação política e vocação científica da universidade. *Revista Educação Brasileira*. Brasília, 15 (31):11-26, 2º sem. 1993.
- JAMERSON, F. *Espaço e imagem*. Teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.
- MÉSZÁROS, I. *Beyond Capital*. London, Merlin Press, 1995.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo, Cortez, 1986.
- SINGER, D. Para além da alienação. Nova York, *Jornal The Nation*, 10.06.1996. (resenha).

Gaudêncio Frigotto

Rio de Janeiro, março de 1997.